

Beleza e ornamento na arte edificatória

A recepção dos preceitos albertianos num tratado espanhol de arquitetura

Andrea Buchidid Loewen*

Resumo A meados dos Quinhentos, entre 1545 e 1548, enquanto se encarregava da supervisão dos trabalhos do Comitê de Obras Reais estabelecido em Madri por seu pai, o rei Carlos V da Espanha, o jovem príncipe Filipe promove a redação de um tratado arquitetônico aplicável à prática nacional e baseado, em grande parte, no *De re ædificatoria* de Leon Battista Alberti. Este trabalho se dedica a analisar como o autor do manuscrito castelhano elege e assimila os preceitos albertianos, em particular aqueles concernentes às noções de «beleza» e «ornamento», tendo em vista as intenções reais de embelezar a ainda modesta Madri para transformá-la na capital dos reinos de Castela e Aragão, a partir de 1561.

Palavras-chave: tratado anônimo de arquitetura, doutrinas da arquitetura, Renascimento, Espanha.

Belleza y adorno en el arte de la construcción La recepción de los preceptos albertianos en un tratado de arquitectura español

Resumen A mediados del Quinientos, entre 1545 y 1548, mientras supervisaba el trabajo del Comité de Obras Reales establecido en Madrid por su padre, el Rey Carlos V de España, el joven Príncipe Felipe promueve la redacción de un tratado arquitectónico aplicable a la práctica nacional e basado en gran medida en el *De re ædificatoria* de Leon Battista Alberti. Este artículo está dedicado a analizar cómo el autor del manuscrito castellano elige y asimila los preceptos albertianos, en particular los relativos a las nociones de «belleza» y «ornamento», en vista de las intenciones reales de embellecer la aún modesta Madrid para transformarla en la capital de los reinos de Castilla y Aragón desde 1561.

Palabras clave: tratado anónimo sobre arquitectura, doctrinas de arquitectura, Renacimiento, España.

Beauty and ornament in building art The reception of Albertian precepts in a Spanish architectural treatise

Abstract By the mid-five hundred, between 1545 and 1548, while overseeing the works of the Royal Works Committee established in Madrid by his father, King Charles V of Spain, young Prince Philip promotes the drafting of an architectural treatise applicable to the national practice and based largely on Leon Battista Alberti's *De re ædificatoria*. This paper is dedicated to analyzing how the author of the Castilian manuscript elects and assimilates the Albertian precepts, in particular those concerning the notions of «beauty» and «ornament», in view of the real intentions of beautifying the still modest Madrid to transform it in the capital of the kingdoms of Castile and Aragon from 1561.

Keywords: anonymous treatise on architecture, doctrines of architecture, Renaissance, Spain.

Em seu estudo sobre a teoria arquitetônica na Espanha do século XVI, José Ramon Paniagua Soto (1995, pp. 179-187) recorda a significativa acolhida recebida pelo tratado *De re ædificatoria* entre os arquitetos, os humanistas e os doutos daquele reino, de tal modo a contribuir seja para a introdução dos princípios da arquitetura do Renascimento seja para a possibilidade de uma compreensão mais aprofundada dos mesmos. Os inventários de bens, testamentos e outros documentos daquela época correspondentes a arquitetos, nobres e mesmo monastérios atestam a importância e a difusão alcançadas pelo tratado: tome-se como exemplo Juan de Herrera, o arquiteto de Felipe II, que mantinha em sua biblioteca até sete exemplares do texto albertiano, entre versões latinas, italianas e em romance (MARÍAS, 1983, pp. 41-42).

Tais fatos certamente decorrem do cenário de mudanças observado na Espanha de início dos Quinhentos, quando a arte recebe ideias e noções provenientes da Itália e uma nova corrente arquitetônica passa a se manifestar, à qual se aplicou a assimilação do *modo romano* como emulação da Antiguidade. Alguns oficiais, como Diego de Siloé e Pedro Machuca, haviam trabalhado na península itálica e traziam um conhecimento direto das obras lá empreendidas. O primeiro teria participado do canteiro de São Pedro entre 1514 e 1518 e, com seu sócio, Bartolomé Ordoñez, havia trabalhado como escultor em Nápoles, enquanto o segundo, como pintor, integrava em Roma a oficina de Rafael (TAFURI, 1992, pp. 276 e 294, n. 10). Outros artistas, apesar de nunca terem saído da Ibéria, tentaram se colocar à altura dos tempos por meio não apenas do conhecimento de desenhos e estampas, mas também do estudo das doutrinas arquitetônicas professadas nos tratados, como os de Vitruvius e Alberti, escritos cuja circulação havia sido favorecida por uma lei promulgada pelos Reis Católicos, em 1480, que liberava os textos importados de qualquer imposto alfandegário (DAMONTE, 1972, p. 356).

Neste contexto Diego de Sagredo publica, em 1526, o tratado que Menéndez y Pelayo considera «o primeiro livro com pretensões de teoria estética da arquitetura e com intento de restaurar os cânones de Vitruvius» (DAMONTE, 1972, p. 357). Se trata do *Medidas del Romano* (figura 1), no qual o autor, para confirmar e explicar a doutrina do arquiteto antigo, cita frequentemente o *De re ædificatoria* de Alberti (MARÍAS y BUSTAMANTE, 1986, p. 64).¹ Convém lembrar que também Sagredo viaja à Itália, visita Florença e Roma e, de acordo com seu próprio testemunho, admira não as obras contemporâneas mas aquelas que tomava por antigas, como o Batistério florentino, o Panteão romano, as ruínas das termas imperiais e a basílica paleocristã de São Pedro. Sua atenção é voltada especialmente à conformação, aos membros e às partes das colunas, ainda que as reminiscências romanas não tenham sido examinadas por ele do mesmo modo como Alberti o fez a meados do *Quattrocento* (BASSEGODA I HUGAS, 1985, p. 124).

* Andrea Buchidid Loewen é Arquiteta e Urbanista, Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP), ORCID <<http://orcid.org/0000-0001-6371-3874>>.

¹No que se refere a Vitruvius, Sagredo se vale das edições de Fra Giocondo da Verona (Veneza, 1511; Florença, 1513 e 1522) e a do milanês Cesare Cesariano (Como, 1521). Do tratado de Alberti, a edição empregada por Sagredo foi a francesa (Paris, 1512) e não a editio princeps florentina (1485), pois, como notam Marías e Bustamante, aquela se encontra dividida em capítulos e esta última não, e as citações de Sagredo ao texto albertiano incluem referência a este tipo de subdivisão.

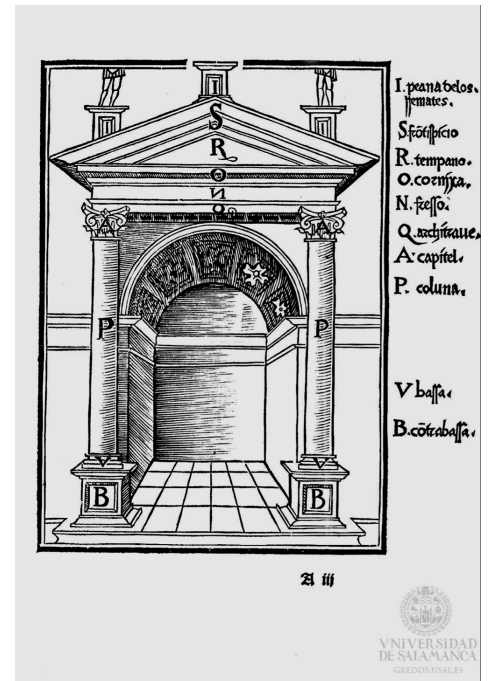
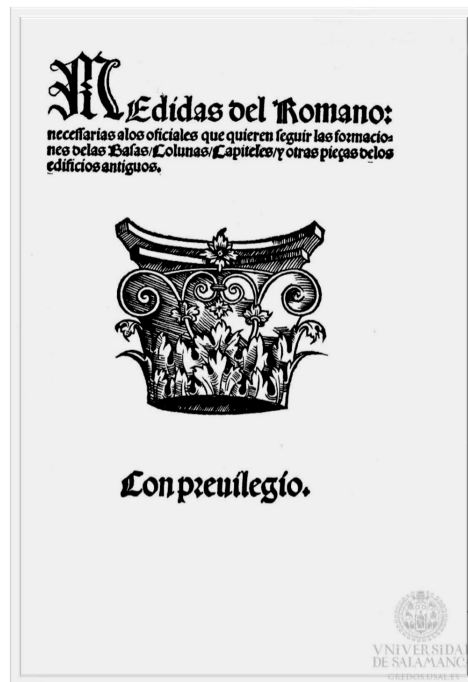


Figura 1: Diego de Sagredo. *Medidas del Romano*, Toledo, 1526, frontispício e fol. A iii r. Fonte: SAGREDO, Diego de. *Medidas del Romano...* Exemplar de Salamanca, Biblioteca General de la Universidad, BG 36176.

² «arquitecto é vocábulo grego: quer dizer principal fabricante: e assim os ordenadores de edificios se dizem propriamente arquitetos. Os quais segundo parece por nosso Vitruvius são obrigados a ser exercitados nas ciências de filosofia a artes liberais. De outra maneira não podem ser perfeitos arquitetos, cujas ferramentas são as mãos dos oficiais mecânicos» (SAGREDO, 1526, fol. A viiv).

Num reino de Espanha na qual ainda vigoravam os sistemas de organização tardo-medievais no âmbito da arte da edificação, Sagredo introduz pela primeira vez em castelhano o conceito de *arquitecto* como artista liberal em oposição ao de maestro de obras² e ao início de seu texto esclarece o escopo da obra:

Tomei este diálogo das obras dos antigos que na ciência da arquitetura largamente escreveram, no qual se tratam das medidas que hão de saber os oficiais que queiram imitar e contrafazer os edificios romanos: por falta das quais têm cometido e a cada dia cometem muitos erros de desproporção e feiura na formação das bases e capitéis e peças que lavram para tais edificios. (SAGREDO, 1986 [1526], fol. A iir).

A grande originalidade do tratado sagrediano reside no reconhecimento de um interesse particular endereçado às colunas (figura 2), de modo tal que, do quanto as autoridades tinham a dizer sobre a questão, o autor seleciona extratos e os combina em um único manuscrito, útil para a educação e guia dos oficiais e dos artesãos.

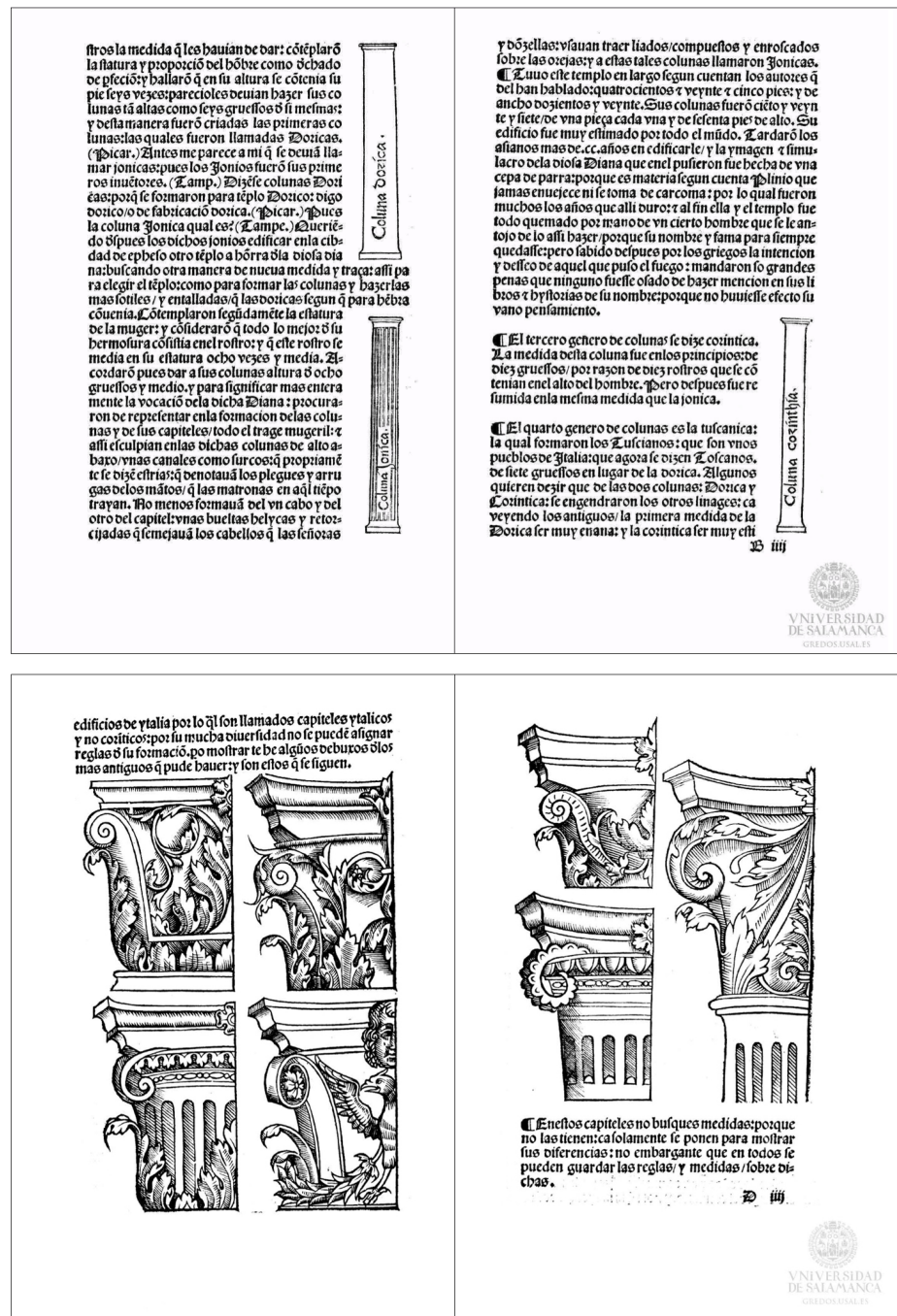
³ Recorde-se, entretanto, que Sagredo jamais emprega o termo ordem, referindo-se, em plena afinidade com as terminologias e noções vitruvianas, a colunas ou a gêneros de colunas.

Figura 2: Diego de Sagredo. *Medidas del Romano*, 1526, fols. B iii v.; B iiiii r. Fonte: Ídem Figura 1.

Figura 3: Diego de Sagredo. *Medidas del Romano*, 1526, fols. D iii v.; D iiiii r. Fonte: Ídem Figura 1.

Segundo John Bury (1989, p. 43), sua obra se distingue como o primeiro manual dedicado estritamente às «ordens da arquitetura»³, suas proporções e ornamentos (figura 3), antecipando em mais de uma geração as Regras de Vignola, publicadas pela primeira vez em 1562.

Apesar de sua importância e significativa fortuna crítica, o escrito não deve ser tomado como um livro de arquitetura em sentido estrito, mas como um manual de formas arquitetônicas, já que a visão do classicismo oferecida por Sagredo se mantém segmentada (NIETO, 1989, p. 93) e não obstante desejar propor um repertório de formas de arquitetura antiga a ser conhecido através do desenho e das proporções,



em pouquíssimas ocasiões se manifesta sobre as relações sintáticas entre os elementos e as partes das colunas; «o autor não pensa com mentalidade de arquiteto, mas de executor de retábulos, de escultor, decorador *ao romano* de obras já construídas» (BASSEGODA I HUGAS, 1985, p. 118).

Mesmo que o *Medidas* expresse a fase inicial da interpretação do antigo na Espanha quinhentista e «verse sobre a experiência, compreensão, seleção e interesse da nova arquitetura» (ARENAS, 1982, p. 24), estão ausentes do escrito quaisquer análises sobre os valores, os princípios e os aspectos construtivos e formais da arquitetura humanística ao modo de Alberti. Carente de um *corpus* doutrinário, o escrito certamente não responde plenamente aos interesses do Príncipe Felipe, que havia começado a se interessar por Pintura e Arquitetura ainda jovem e não era tido como mero amador. Ávido colecionador de textos de Arquitetura, entre seus pertences se contava um sem número de livros impressos, vistas de cidades e riscos de edificações que, segundo Juan Bautista Villalpando, «eu mesmo examinei muitas vezes, [...], não apenas arcas cheias de tais esquemas, mas também inclusive aposentos repletíssimos» (WILKINSON-ZERNER, 1993, p. vii). Em 1541, quando completa quinze anos, seu preceptor compra do livreiro Juan de Medina o *Medidas* de Sagredo, no ano seguinte adquire também os tratados de Albrecht Dürer sobre a Geometria (*Underweysung der Messung mit dem Zirckel und Richtscheyt*, 1525) e a Proporção (*Vier Bücher von Menschlicher Proportion*, 1528) e nos mesmos anos passam a integrar a biblioteca do Príncipe vários exemplares de Vitrúvio, além de um Serlio «en Toscano que trata de architectura» (CHECA, 1989, p. 253).

⁴Desde a década de 30, observa-se o abandono de Granada e das regiões meridionais e o crescente interesse do Imperador Carlos V pela região central da península (MORALES, 1989, p. 106).

Figura 4: Jan Cornelius Vermeijen. Desenho do alcázar *madrileño* e suas imediações, 1534-1535. Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alcazar_madrid_1534.jpg> (domínio público).

Sob a autoridade da corte, Felipe passa a se encarregar, em 1545, da supervisão dos trabalhos do Comitê de Obras Reais instituído em Madri por seu pai, Carlos V.⁴ Além de prover diretrizes para a limpeza das áreas públicas, cabe ao comitê a responsabilidade pelo estabelecimento de normas para o embelezamento arquitetônico daquela ainda modesta cidade (ESCOBAR, 2000, p. 92) (figura 4). Junto aos reinos de Castela e Aragão, Felipe recebe a missão de fundamentar e potenciar uma autêntica política de construções e até 1559 será capaz de imprimir às obras reais um ritmo acelerado, favorecendo, segundo Alfredo Morales (1989, p. 99), a busca por um «classicismo arquitetônico».



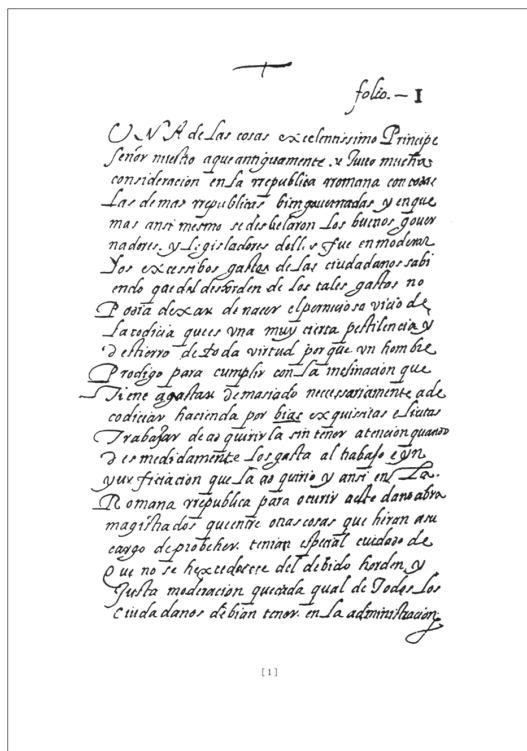


Figura 5: Tratado anônimo [de arquitetura]. Biblioteca Nacional de Madrid, Ms. 9681, fol. 1r. Fonte: ANÓNIMO, De arquitectura. Estudio preliminar por Cristina Gutiérrez-Cortines Corral, Madrid, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, 1995, c. 1r.

⁵O autor do manuscrito afirma: «não sem grande nota de atrevimento eu me poria novamente a escrever sobre as artes de edificar se o mandamento de Vossa Alteza a isto não me obrigasse» (ANÓNIMO, 1995, fol.10).

⁶Marías e Bustamante (1983, p. 48) afirmam se tratar de um espanhol, nascido no início dos Quinhentos, de origem burguesa ou gentilícia, mas não nobre, homem erudito, que conhece o latim e o vulgar, dirigindo-se seja aos textos clássicos seja aos bíblicos, que viajou muito e, eventualmente, a serviço do Imperador.

Em consonância com tais programas, o jovem Príncipe espanhol promove, entre 1545 e 1548, a redação de um tratado arquitetônico aplicável à prática nacional.⁵ O manuscrito, inacabado e sem título, composto por 130 *folios*, sem ilustrações, se conserva na Biblioteca Nacional de Madri (Ms. 9681) e foi publicado pela primeira vez em 1995 (figura 5). Todavia, antes mesmo da publicação foi objeto de estudos desenvolvidos por Fernando Marías e Agustín Bustamante, assim como por Catherine Wilkinson, os quais tornam evidente sua dependência do *De re aedificatoria* de Alberti.

Os primeiros, que empreenderam uma rigorosa análise do texto de modo a rever as hipóteses anteriores sobre sua datação e possível autor⁶, destacam na obra o que consideram um interesse peculiar pela «engenharia» com a finalidade «de promover a boa arquitetura antiga, como instrumento para controlar os gastos excessivos em matéria edilícia e incrementar o prestígio do reino» (MARÍAS, 1983, p. 11). E, de fato, o pedido feito ao monarca pelo redator do manuscrito para que não oferecesse comitências aos oficiais, os quais aumentam notavelmente os custos dos trabalhos construindo *soberbios y extraños hedificios* dada sua avidez e inadequação, é tomada por Marías e Bustamante (1988, p. 309) como «crítica feroz à tradição arquitetônica espanhola representada por oficiais brutalmente práticos e ignorantes das artes liberais».

Wilkinson (1985, pp. 37, 41-42), por sua vez, em aproximação com a narrativa seiscentista oferecida por José de Sigüenza (1605), interpreta o escrito à luz de uma articulação entre uma moralidade contra-reformista e um estilo clássico ordenado e contido que se materializaria na construção do Monastério do Escorial filipino.

Em seu entendimento, a atenção do tratadista não era dirigida tanto aos edifícios quanto à dimensão moral dos mesmos e à sua relevância no panorama espanhol contemporâneo. Não obstante o reconhecimento da importância da dimensão ética no tratado, é também ela quem afirma que o autor, à exceção das ordens, raramente faça menção ao ornamento e nunca refira à definição albertiana de beleza «como uma harmonia de partes ou razões musicais e proporções».

A análise de Wilkinson toma a noção de beleza albertiana como objetiva e racional, fundada sobre a relação e a proporção entre as partes do edifício, seguindo a linha de interpretação aventada por Rudolf Wittkower em seu estudo sobre os «princípios arquitetônicos da idade do humanismo», que conclui que a proporção é a principal característica da *concinnitas* albertiana.⁷

⁷Sua leitura se pauta pelo paralelo vitruviano entre o templo e a *symmetria* do corpo humano traçado pelo arquiteto romano no início do livro III de seu tratado *De architectura*.

Entretanto, a leitura atenta do *De re ædificatoria* em vista de um exame mais abrangente da doutrina de *pulchritudo* e *ornamentum* lança luz sobre outros aspectos, como o reconhecimento do vínculo entre *pulchritudo* e *virtus*, a fusão das noções de *decorum* e *aptum*, elementos essenciais à compreensão do significado que o *ornamentum* assume no tratado albertiano. Buscando uma acomodação de motivações da ética a disposições da estesia, é possível reavaliar o entendimento de ornamento assimilado pelo tratadista espanhol e reconsiderá-lo sob a perspectiva das intenções de Felipe de transformar a modesta Madri em magna e digna sede da corte, a partir de 1561.

O autor do manuscrito castelhano, anônimo, possivelmente fazia parte do círculo do Príncipe e, segundo Cristina Corral (1995, pp. XX-XXI), poderia até mesmo se tratar de um humanista, haja visto o rigor de seu texto e o domínio da linguagem, não obstante estarem ausentes todos os aparatos humanísticos e de erudição antiquária: o tratado é concebido como um conjunto de regras e preceitos de arquitetura com evidente intenção didática (MARÍAS & BUSTAMENTE, 1983, p. 49). Logo na abertura do escrito, evocando o exemplo da antiga República romana, bem governada, na qual se mantinham moderados os gastos dos cidadãos com as construções e se observavam as regras do edificar, manifesta que sua atenção se dirige à *imago urbis* e que seus argumentos são balizados pelos preceitos do decoro. A reflexão ecoa as formulações albertianas no *De re ædificatoria*. Vale lembrar que no livro I «o desejo desordenado de construir» era severamente reprovado enquanto a moderação e a sobriedade eram dignas de louvor, também porque Alberti estava consciente da necessidade de evitar as invectivas, frequentes desde o início dos Quatrocentos, contra o emprego de grandes somas e o empenho imoderado dedicado às construções, até mesmo de igrejas, o que poderia implicar em um interesse excessivo pelo temporal ou ainda em manifestação do desejo de glória pessoal (ONIAN, 1971, p. 98). A fim de reafirmar as motivações para uma arte edificatória aceita moralmente, ao início do livro VI Alberti memora a origem e o progresso da arquitetura, da juventude asiática à esplêndida maturidade romana, creditando à inata sobriedade itálica a defesa da conformidade entre um edifício e um ser vivo. Na Itália, afirma,

preferiu-se conciliar a parcimônia tradicional com a magnificência dos reis mais poderosos, fazendo sim que a frugalidade não subtraísse nada à prática conveniência, nem que esta tivesse muita relação com as riquezas, mas adicionando a estas duas qualidades tudo o que poderia ser encontrado a ponto de conferir de algum modo suntuosidade e prazer às obras. (1966a, VI, 3, p. 454-455)

E é significativo que o primeiro capítulo do manuscrito espanhol recorde justamente esta reconstrução histórica da marcha da arquitetura traçada por Alberti, mas que a aproxime à definição dos *tres géneros de obras*, tomadas pelo autor anônimo como resultado da busca dos antigos pela beleza:

A gente da Ásia foi a primeira que buscou a formosura nos edifícios, e a estes depois imitaram os gregos dóricos, jônicos e coríntios, porém em diversas maneiras porque os dóricos tomaram para os edifícios figura que parecia mais firme, e os coríntios a mais delicada e bela e os jônicos a média, porém de tal maneira que nem nos edifícios dóricos faltasse bastante beleza nem nos coríntios conveniente firmeza, e os jônicos tivessem ambas as coisas por igual. Outros houveram que seguiram outras maneiras ou formas de edificar, porém estas nos foram as mais aprovadas de todos os antigos, pois os romanos, homens de altos juízos e diligentes em considerar a percepção das coisas, as quais quase em todo o mundo de que eram senhores, escolhiam o melhor de quanto viam para adornar Roma [...]. (ANÔNIMO, 1995, fol. 12)

Se para tratar da arquitetura e da cidade o autor anônimo parte das colunas, e em sentido claramente distinto daquele proposto pela obra sagrediana, pode-se bem afirmar que reitera a definição albertiana de *primarium ornamentum* da arte edificatória. Deste modo, imbuídas de significado ético, as colunas se redimem do valor meramente decorativo que detinham nas obras espanholas até então e passam a ser vistas como elementos essenciais e identificados com a própria beleza. Não obstante estarem ausentes referências às associações entre coluna e corpo humano, na passagem ecoam também as considerações do livro IX do tratado albertiano acerca das regras da *finitio* (um dos aspectos da *concinnitas*) e da correspondência com os *genera dicendi* da Retórica, com um eloquente reclamo à observação de uma *ratio mediocritatis*, de um meio entre o excesso e a falta, noção que permeia todo o *De re aedificatoria*. E, de fato, ainda que as proporções das colunas determinadas pelo espanhol não sejam acompanhadas dos esclarecimentos sobre as médias proporcionais das quais resultaram, as razões por ele prescritas coincidem com aquelas albertianas: 1:7, 1:8 e 1:9 para dórica, jônica e coríntia, respectivamente.

Considerando que o autor dedique os primeiros trinta e cinco capítulos do escrito aos ditos gêneros de colunas, tomadas em suas partes e elementos compositivos, Cristina Corral (1995, p. XXI) afirma que a «preeminência da proporção e das ordens como fundamento de toda arquitetura» seja um dos traços mais característicos do tratado. Entretanto, não se pode acatar sua interpretação de que em vista disto o autor deva ser colocado «entre os partidários de uma arquitetura baseada em princípios abstratos», tampouco que seus critérios sejam «estritos e puristas» e «rechacem toda novidade» (CORRAL, 1995, pp. XXI e XXV). Ao contrário, os argumentos desenvolvidos no início do tratado explicitam que as escolhas do autor são balizadas pela aproximação às regras de uma beleza prescrita em função do decoro.

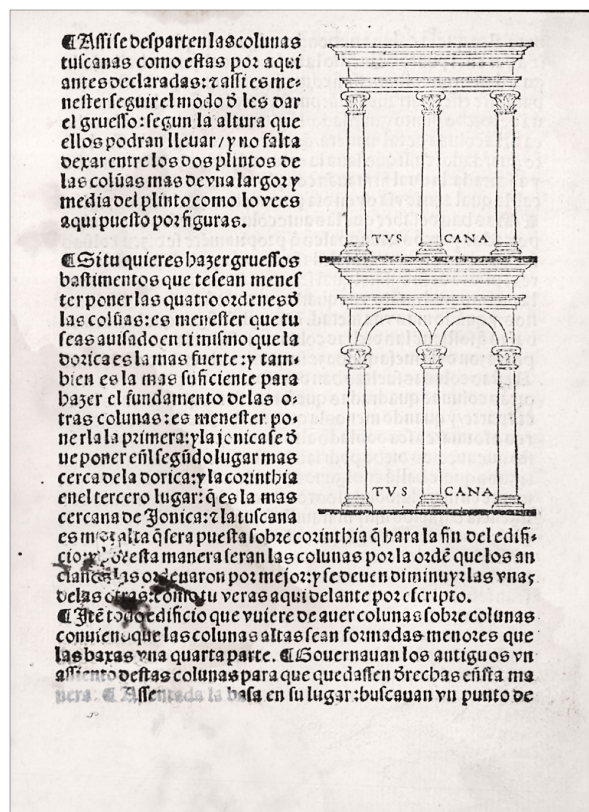
Assim, em vista desta busca pelo aspecto conveniente das obras, ele repete o ensinamento de Alberti (1966, VII, 15, pp. 642-643) sobre a relação entre coluna e arco: «ao invés de traves algumas vezes se colocam arcos que não são outra coisa que traves encurvadas [...], e se se não de fazer sobre colunas mais convém que sejam quadradas e não redondas, porque as pontas de suas plantas não assentam sobre o vazio» (ANÔNIMO, 1995, fol. 52). E também neste ponto se assinala a distinção entre

o manuscrito em tela e o *Medidas de Sagredo*, que nas poucas ilustrações dedicadas à sintaxe das colunas na edição de 1549 não observa qualquer incoerência na combinação de arco sobre coluna (figura 6) e propõe uma solução mais familiar ao orbe brunelleschiano da Florença dos Quatrocentos do que às obras dos antigos. O anônimo, ao contrário, indica ter compreendido a lição albertiana sobre o valor da coerência e da unidade visiva que firma ênfase sobre o muro do edifício, conforme a tradição romana.

Na verdade, é significativo que no manuscrito castelhano a tratativa dos aspectos relativos à cidade, seus muros, portas e principais edifícios, e em particular os templos, seja orientada pelos mesmos princípios. Convém lembrar que ao final do primeiro quartel do século XVI, a maioria das cidades espanholas apresentava ainda um aspecto em grande medida medieval, encerradas entre altas muralhas e com um casario bastante adensado no qual se destacavam os conjuntos góticos e mudejares dos templos e de alguns palácios e residências nobres (CHECA, 1989, p. 216). E o próprio autor quinhentista enuncia sua desaprovação pelo aspecto das cidades espanholas contemporâneas:

aqueles do nosso tempo não cuidaram de fazer as praças com medida nem ornamentos, mas os antigos tinham nisto muito cuidado porque o espaço é a coisa mais adornada e mais posta em razão de toda a cidade a ver, a que é mais vista do povoado e onde mais comumente acodem os estrangeiros, os quais costumam levar da relação das cidades a outras terras estrangeiras [...]. (ANÔNIMO, 1995, fol. 163)

Figura 6: Diego de Sagredo. *Medidas del Romano*, edição de 1549, fol. C viii r. Fonte: SAGREDO, Diego de. *Medidas del Romano: Agora nuevamente impressas y añadidas de muchas piezas et figuras muy necesarias a los oficiales que quieren seguir las formaciones de las basas, columnas, capiteles, y otras piezas de los edificios antiguos*, Lisboa, Luís Rodrigues, MDXLII. Exemplar de Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Res. 6082 P.



Seguindo o preceito albertiano que considera que o precípua ornamento de uma cidade seja constituído pelas vias, pelo foro, por cada edifício e por sua posição, construção, forma, colocação, elementos que deverão ser dispostos e distribuídos de modo a responder, da maneira mais adequada, aos usos de cada obra e às suas exigências de comodidade e decoro (ALBERTI, 1966, VII, 1, p. 535), o autor anónimo concebe, em 37 capítulos do escrito, uma cidade *all'antica*. Cercada por muros úteis e bem compostos, nos quais se abrem portas em arco adornadas por colunas, estátuas e inscrições, como convém «aos povoados suntuosos e bem edificadas que desde a primeira vista prometem o que dentro possuem» (ANÓNIMO, 1995, fols. 95-97), a cidade deverá contar com um castelo bem defendido e fortificado, praças muito belas e oportunas para se estar em público, pisos e vias ladrilhados e de desenho compatível com a conformação da urbe, pontes utilíssimas, aportando respeito à sua dignidade e graça. Entre os edifícios, se erguem consistórios assaz adornados, cárceres situados em locais bastante públicos e com aspecto exterior horrível, teatro, anfiteatro e circo para *las cosas de plazer*⁸, ginásios com colunatas dóricas e situados em lugares lindos para a prática de exercícios físicos e mentais, arcos triunfais que ostentam colunas de capiteis coríntios elevadas sobre pedestais, além de digníssimos templos. Estes, a quem o autor confere significativo destaque, devem ser os mais suntuosos e adornados, erguendo-se em posição privilegiada.

⁸De acordo com o autor, as “coisas de prazer” são os jogos públicos nas cidades, como torneios, feiras, touros, lutas, caça, música e espetáculos (ANÓNIMO, 1995, fol. 172).

Ainda que a tratativa de tais edifícios sagrados emule a noção albertiana de *maximum et primarium urbis ornamentum* e recorra até mesmo à diferenciação entre templo e basílica, seus argumentos são marcados por um claro aceno à ortodoxia católica, como já observado por Catherine Wilkinson (1985, p. 40): «o principal cuidado da república bem instituída há de ser o da religião» (ANÓNIMO, 1995, fol. 103), assevera o autor anónimo que, em consonância com os decretos tridentinos, reitera a relevância e a sacralidade das imagens como meio de devoção e forma de incitação à piedade e as toma por principal ornamento de tais edifícios (ANÓNIMO, 1995, fols. 134-135).

Mas as recomendações do Concílio de Trento acerca da imaginária são conciliadas a formas e disposições tiradas do *De re ædificatoria* de modo que, em vista da dignidade, os templos, quadrangulares ou de planta central, se elevem sobre pódios, recebam certo número de capelas e tenham a cobertura em abóbada apoiada sobre as cornijas que arrematam as colunas dispostas ao longo das paredes. O grau de ornamentação do interior, assim como do exterior, será determinado em função da dedicação de tal templo:

«a santos animosos e constantes se há de fazer de obra dórica que tem em si majestade e firmeza; e os das virgens serão feitos de obra coríntia do[nde] se representa sua formosura e delicadeza; e os dos santos doutores que se deram à contemplação e tiveram constância contra as ondas do mundo serão de obra jônica que parece ter bastante firmeza e beleza». (ANÓNIMO, 1995. fols. 124-125)

Ainda que a conformidade do ornato do templo com o caráter da divindade consagrada remeta ao livro VII do *De re ædificatoria*, a cristianização do léxico da arquitetura dita clássica, que adapta o universo dos santos da igreja ao preceito do decoro vitruviano e prevê a adequação do gênero da coluna a tal caráter, remonta seja ao tratado de Cesare Cesariano (1521) seja ao livro IV de Sebastiano Serlio. Este, publicado em Veneza em 1537, foi traduzido ao castelhano por Villalpando possivelmente antes



Figura 7: Anton van der Wjngaerde, Vista de Madri, 1562. Fonte: WYNGAERDE, Anton van den. *Villes d'Espagne*, Toledo, 1563, C. 19r.

de 1548, segundo Kubler (1977), e editado em 1552. E Fernando Marías (1983, p. 11) observa como não apenas o «modo das ordens» mas também a localização mais conveniente dos templos no arranjo da cidade é definido pelo tratadista segundo as respectivas dedicações.

Para além das tentativas de cristianização, no tratado espanhol, assim como no *De re ædificatoria*, prevalece o reconhecimento de que não obstante o *ornatus* seja conveniente a todas as edificações da *res publica*, ele é determinado segundo razões peculiares a cada obra e comedido pelo conúbio de *utilitas* e *dignitas*.

Tal imitatio da doutrina albertiana certamente se afina às ambições de Felipe II de Espanha de conformar uma nova cidade-capital. Em 1559, o vedor das construções de Madri, Luís Hurtado, escreve ao Rei para informá-lo sobre o andamento das obras na cidade:

E pois todo o mundo diz que esta vila de Madri é a favorecida de Vossa Majestade com particular favor, enobrecendo-a com tais suntuosos e reais edifícios e não consentindo que ninguém a golpeie nem pise, guardando-a sempre Vossa Majestade para si só, conveniente coisa é que Vossa Majestade não permita que os lugares que perto dela estão sejam alienados nem de outro dono, para que mais inteiramente que hoje mais se possa apreciar ser Madri a favorita de Vossa Majestade. (Apud CHECA, 1989, p. 266)

Em 1561, Madri (figura 7) se torna sede permanente da corte espanhola e o monarca dá prosseguimento a novas obras em vista de seu embelezamento, como a construção da Nova Ponte Real, das casas da *manzana* de Santa Cruz, da porta de Guadalajara e da Plaza Mayor. O responsável pelas traças de tais edificações foi Juan de Herrera, segundo seu próprio testemunho registrado na petição em que reivindica ao Ayuntamiento de la Corte o pagamento pelo feito. No documento datado de abril de 1586, e no qual é referido como *maestro mayor de obras de su magestad e su aposentador de palacio*, Herrera declara ter realizado também a *planta desta vila* (Apud BUSTAMANTE, 1976, p. 228), o que reitera a hipótese de que o programa de *renovatio* filipino contemplasse não apenas os edifícios tomados individualmente, mas a cidade como um todo.



Figura 8: Francisco de Villalpando. Tradução dos Livros III e IV de Sebastiano Serlio Toledo, 1552. Fonte: Tercero y quarto libro de architectura de Sebastian Serlio bolomnes: en los quales se trata de las maneras de como se pueden adornar los hedificios, con los exemplos de las antiguedades, Agora nuevamente traduzido de toscano en romance castellano por Francisco de Villalpando architecto. Toledo, Iuan de Ayala, 1552, Frontispício.

Os projetos para Madri, assim como as obras do Escorial, apoiados nas preceptivas albertianas emuladas no tratado espanhol, dão suporte às ambições de Felipe II em se mostrar não apenas como grande comitente e conhecedor da arquitetura, mas sobretudo como verdadeiro «príncipe arquiteto». E Villalpando, na introdução à tradução do tratado serliano (figura 8) que dedica ao *Príncipe de España*, em 1552, resume:

«E se ao honrá-los os príncipes tinham razão, vejamos quem perpetuou suas memórias honrosamente, os tesouros que deixaram ou os edifícios que com eles edificaram. [...] na arquitetura se veem, porque ver feito um edifício de um templo, de uma cidade, de uma fortaleza, de um palácio, de um porto de mar, de um arco triunfal, de um pontão, de um Mausoléu ou sepulcro, ou outras que se queira maneiras de edifícios, [...], porque parece que cada pedra e cada madeira e cada pintura está dizendo e representando a pessoa, a majestade, o pontificado e a autoridade do fundador».

Referências bibliográficas

ALBERTI, Leon Battista. *L'architettura [De re ædificatoria]*. Testo latino e traduzione a cura di Giovanni Orlandi, Introduzione e noti di Paolo Portoghesi. Milano: Edizioni Il Polifilo, 1966.

ANÓNIMO. *De Architectura [tratado del siglo XVI]*. Estudio preliminar por Cristina Gutiérrez-Cortines Corral. Madrid: Dirección General de Bellas Artes y Archivos, 1995.

- BASSEGODA I HUGAS, B. Notas sobre las fuentes de las Medidas del Romano de Diego de Sagredo, *In: Boletín del Museo e Instituto Camón Aznar*. Obra Social de la Caja de Ahorros de Zaragoza, Aragón y Rioja, XXII, 1985, p. 124.
- BURY, John. Medidas del Romano. By Diego de Sagredo. *In: The Burlington Magazine*, Vol. 131, No. 1030 (Jan., 1989).
- BUSTAMANTE, Agustín. En torno a Juan de Herrera y la Arquitectura. *In: Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Tomo XLII, Valladolid: Universidad de Valladolid/Facultad de Filosofía y Letras, 1976, pp. 227-250.
- CHECA, Fernando. Una imagen definida y precisa, la arquitectura del Rey. *In: NIETO, Víctor; MORALES, Alfredo J.; CHECA, Fernando. Arquitectura del Renacimiento en España – 1488-1599*. Madrid: Manuales Arte Cátedra, 1989, pp. 253-338.
- DAMONTE, Mário. La fortuna di Leon Battista Alberti in Spagna nel secolo XVI. *In: Atti della Accademia Ligure di Scienze e Lettere*, vol. XXIX, 1972, p. 356.
- ESCOBAR, Jesús. Architects, masons, and bureaucrats in the royal works of Madrid. *In: Annali di architettura*. Rivista del Centro Internazionale di Studi di Architettura Andrea Palladio di Vicenza, no. 12, 2000, pp. 91-98.
- KUBLER, George. Noticia del Tercero y Cuarto libro de Sebastián Serlio traducido por Villalpando. *In: SERLIO, Sebastiano. Tercero y Cuarto Libro de Arquitectura de Sebastián Serlio Boloñes*. Agora nuevamente traducido de Toscano en Romance Castellano por Francisco de Villalpando Architecto. Toledo: Ivan de Ayala. [facs. de la ed. de Toledo: Valencia, 1977].
- MARÍAS, Fernando. Orden y modo en la arquitectura española. *In: FORSSMAN, Erik. Dorico, Jonico, Corintio en la Arquitectura del Renacimiento*. Madrid: Xarait Ediciones, 1983, pp. 7-46.
- _____. *La arquitectura del Renacimiento en Toledo (1541-1631), I*. Toledo, 1983, pp. 41-42.
- MARÍAS, Fernando y BUSTAMANTE, Agustín. Trattatistica teórica e vitruvianesimo nella architettura spagnola del Cinquecento. *In: Colloque International "Les Traités d'architecture de la Renaissance"*. Actes du colloque tenu à Tours du 1er au 11 juillet 1981. Études réunies par Jean Guillaume. Paris: Picard, 1988, pp. 307-316.
- _____. Un tratado inédito de arquitectura hacia 1550. *In: Boletín del Museo y Instituto Camón Aznar*, XIII, 1983, pp. 41-57.
- _____. Introduccion - Las 'Medidas' de Diego de Sagredo. *In: SAGREDO, Diego de. Medidas del Romano* (Facsimile da edição toledana de 1549). Madrid, 1986, p. 64.
- MORALES, Alfredo J. La nueva imagen del poder, las obras reales. *In: NIETO, Víctor; MORALES, Alfredo J.; CHECA, Fernando. Arquitectura del Renacimiento en España – 1488-1599*. Madrid: Manuales Arte Cátedra, 1989, pp. 99-119.
- ONIAN, John. Alberti and φιλαρκτη. A study in their sources. *In: Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, Vol. 34, 1971.
- SCHOLZ, Michael. New Documents on Pellegrino Tibaldi in Spain. *In: The Burlington Magazine*, Vol. 126, No. 981 (Dec., 1984), pp. 766-769.
- SCOTTI, Aurora. Il trattato sull'architettura di Pellegrino Tibaldi. *In: Colloque International "Les Traités d'architecture de la Renaissance"*. Actes du colloque tenu à Tours du 1er au 11 juillet 1981. Études réunies par Jean Guillaume. Paris: Picard, 1988, pp. 263-268.
- SERLIO, Sebastiano. *Tercero y Cuarto Libro de Arquitectura de Sebastián Serlio Boloñes*. Agora nuevamente traducido de Toscano en Romance Castellano por Francisco de Villalpando Architecto. Toledo: Ivan de Ayala, 1552.
- SIGÜENZA, José de. *Historia de la orden de San Jerónimo*. Madrid, 1605.

SOTO, José Ramon Paniagua. Sobre la teoría de la arquitectura en España en el siglo XVI. Fecha y fuentes de la traducción castellana del tratado de arquitectura de Sebastián Serlio. *In: Anales de História del Arte, no. 5*. Madrid: Servicio de Publicaciones Universidad Complutense, 1995, pp. 179-187.

TAFURI, Manfredo. La Granada di Carlo V: il palazzo, il mausoleo. *In: Ricerca del Rinascimento – principî, città, architetti*. Torino: Einaudi, 1992, pp. 276 e 294, n. 10.

WILKINSON, Catherine. Planning a Style for the Escorial: An Architectural Treatise for Philip of Spain. *In: Journal of the Society of Architectural Historians*. Vol. 44, No. 1 (Mar., 1985), pp. 37-47.

WILKINSON-ZERNER, Catherine. *Juan de Herrera. Architect to Philip II of Spain*, New Haven and London: Yale University Press, 1993

WITTKOWER, Rudolf. *Principî architettonici nell'età dell'umanesimo*. Torino: Einaudi, 1964.

Recebido [Jan. 30, 2020]

Aprovado [Jan. 03, 2021]